

2/1

Conflito sobre o Internato Médico

DECISÃO DO MINISTÉRIO TEM QUE SER REVOGADA CUSTE O QUE CUSTAR

— palavras do dr. Guimarães dos Santos (Ordem dos Médicos)

«A decisão da senhora ministra da Saúde tem que ser revogada custe o que custar», disse ontem o dr. Guimarães dos Santos, presidente do Conselho Regional do Porto da Ordem dos Médicos (OM), em conferência de imprensa sobre o conflito que opõe neste momento os jovens médicos e as faculdades de Medicina à ministra Leonor Belesa.

O dr. Guimarães dos Santos, que esteve acompanhado de jovens médicos, de um representante dos internos do 3.º ano e de dirigentes das associações de estudantes da Faculdade de Medicina e do Instituto Abel Salazar, criticou as medidas avançadas pela ministra Leonor Belesa sobre o internato e afirmou que a ministra «agiu arbitrariamente e com total desconhecimento de causa, partindo do princípio que os internos não são profissionais». Trata-se de «uma ideia peregrina, uma posição indesejável», disse ainda o presidente do Conselho Regional da OM — pois «a senhora ministra não conhece nada de problemas de Saúde e foi mal aconselhada».

Aquele dirigente afirmou depois que «o internato médico é uma actividade profissional indispensável ao exercício da Medicina, como acontece em toda a Europa e nos Estados Unidos», dado que é uma tarefa profissionalmente muito árdua e exigente e que tem de ser exercida no próprio hospital.

«Por que é que a OM anda constantemente em guerra com os ministros da Saúde deste país?», perguntou depois Guimarães dos Santos, para acrescentar que «podemos ter muitos defeitos, mas somos a maioria dos directores hospitalares, toda a mais alta competência técnica está conosco e é estranho que o Poder Político não

tenha assessorias à altura das funções».

«A maior praga que se abateu sobre Portugal em

oito séculos de história foi a estrutura burocrática do Ministério da Saúde», disse ainda o dirigente da OM, para acrescentar que «os erros são sempre os mesmos e é por isso que a guerra surge».

Invocando as normas em vigor num sistema de Saúde pelo qual a OM nunca manifestou, como é sabido, ne-

nhuma simpatia, o dr. Guimarães dos Santos disse depois que «a OM está à vontade, aceita e cumpre o numeroso clausus fixado pelo Governo, já que é o Estado quem diz quantos médicos se devem formar». Assim — continuou — «se é o Estado quem o faz, não se compreende que não pague aos médicos que formou». No dia em que existia um sistema aberto, um sistema misto, «muitos médicos deixaram de querer trabalhar para o Estado» e não haverá destes

problemas. O Estado «tem a obrigação moral e jurídica de garantir emprego a todos os médicos porque é este sistema que está estatudado», acrescentou o presidente do Conselho Regional da OM.

Por outro lado, a OM criticou a forma como está a ser conduzida a política de Saúde, afirmando Guimarães dos Santos que a ministra Leonor Belesa «praticamente não disse nada» sobre esse assunto, mas que «pela oração nós já estamos a ver os caminhos que vai seguir». «Há dez anos que dizemos a mesma coisa e o tempo veio dar-nos razão, os arautos do actual sistema estão calados».

O dr. Guimarães dos Santos anunciou depois a realização, em 31 do corrente, de uma assembleia da Secção Regional da OM para tomar posição sobre os problemas em aberto no campo da Saúde.

Na conferência de imprensa interveio ainda o prof. Silva Leal, do Conselho Nacional da OM, que se referiu ao propósito do «diálogo aberto» anunciado em Novembro por Leonor Belesa. «O que agora aconteceu foi o contrário, e senhora ministra faz decretos nas costas da classe médica, só os le-

mos depois no «Diário da República». O prof. Silva Leal disse ainda que a ministra da Saúde «não recebe a OM, já tivemos que pedir audiência ao próprio primeiro-ministro».

O representante do Conselho Nacional da OM criticou ainda Leonor Belesa pelo facto de se saber no Ministério da Saúde da existência da OM de participar no diálogo para rever aspectos do decreto das Carreiras Médicas. «Não aceitamos que o diploma seja mudado

sem nos ouvirem e, ainda mais, com grave prejuízo para os jovens médicos, o

que denota mesmo desprezo pela juventude».

• Apoio do bastonário da Ordem dos Médicos

Cerca de 1200 médicos internos ouviram o bastonário da Ordem dos Médicos, António Gentil Martins, apoiar a posição dos recém-formados em Medicina na questão que os opõe à ministra da Saúde — informa a NP.

Gentil Martins falava na sessão de abertura do 6.º Congresso Nacional do Médico Interno a decorrer em Lisboa até sábado e que se destina à «reciclagem científica dos jovens médicos do Internato Geral e Complementar».

A troca de informação para os jovens clínicos faz-se através de conferências por especialistas dos diversos campos da Medicina e de mesas-redondas.

Entretanto, a Comissão Instaladora do Internato Geral da Zona Centro acusou a ministra da Saúde de «desconhecimento total da realidade hospitalar».

Leonor Belesa é ainda acusada de «ignorar completamente o que é a forma-

ção médica pós-graduada» e de «deturpar, numa atitude demagógica, a essência do Internato Geral».

Em resposta às afirmações feitas terça-feira pela ministra à comunicação social, a Comissão Instaladora sublinha que «os policlínicos prestam serviços indispensáveis ao funcionamento dos hospitais e centros de saúde, nomeadamente assegurando grande parte das urgências».

«Os policlínicos são médicos habilitados ao exercício da profissão, como prova a preocupação do Ministério da Saúde em os colocar em hospitais onde a falta de médicos é mais evidente», frisa a mesma Comissão.

• Comissão Nacional do Internato propõe greve

A Comissão Nacional dos Médicos do Internato Geral vai propor à classe uma greve de dois dias para protestar pela destruição das carreiras e o desemprego médico, disse à ANOP um membro da Comissão.

A Comissão apresentará uma proposta de greve para os dias 3 e 4 de Fevereiro, num plenário de policlínicos, que se realiza amanhã, na sala de alunos do Hospital de Santa Maria.

Machado Borges, do Executivo da Comissão, disse à ANOP que os médicos do Internato Geral não atenderão as urgências, durante o pe-

riodo de greve, salvo em casos de extrema gravidade.

Os médicos do Internato Geral vão também concentrar-se, no dia 29 de Janeiro, junto à residência do primeiro-ministro, para protestarem contra a situação que o Governo lhes está a criar e que, disse, «só beneficia o agravamento da deterioração dos serviços».

A Comissão nacional acusa ainda a ministra da Saúde, Leonor Belesa, de usar as prerrogativas do Governo na utilização dos meios da comunicação social, nomeadamente a Televisão, para fazer afirmações falsas, que «revela absoluta ignorância da situação do Serviço Nacional de Saúde».

A Comissão, afirmou, desafia a ministra da Saúde para um debate público televisivo, para que nele justifique as afirmações que tem feito de que há médicos a mais e que estes não querem deslocar-se para a província.

«A formação médica e as especialidades só se podem fazer por via hospitalar e o Governo está a retirar aos médicos recém-licenciados a formação tecnológica necessária para o exercício da função», salientou.

Table with 31 rows and 1 column, labeled 'Dia', containing numbers 1 through 31.

Mercado do trabalho